

RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.835 - MG (2018/0298762-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : GUSTAVO QUARESMA SANTOS CORDEIRO
ADVOGADOS : EMILIANO EDSON SILVA - MG084032
DANILO SEVERINO OLIVEIRA FARIA - MG097239
RENATA OLIVEIRA GONCALVES E OUTRO(S) - MG160912
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o recorrente foi pronunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, I e IV, c.c. o art. 14, II (por três vezes), e no art. 121, § 2º, I e IV, e art. 129, *caput*, todos do Código Penal (homicídio qualificado tentado, por três vezes, homicídio consumado e lesão corporal) - (fls. 968/976).

Submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri, foi condenado à pena de 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, c.c. o art. 14, II, (por duas vezes), na forma do art. 70, todos do Código Penal (homicídio qualificado tentado, por duas vezes, em concurso formal), tendo sido absolvido das demais acusações.

Interposta apelação, por ambas as partes, o Tribunal de origem rejeitou a preliminar de nulidade arguida pela defesa e deu provimento ao recurso ministerial para reconhecer a nulidade do julgamento tão somente quanto aos crimes pelos quais o recorrente foi absolvido. Eis a ementa do julgado (fl. 1554):

APELAÇÕES CRIMINAIS - TRIBUNAL DO JÚRI - CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO - NULIDADE ARGUIDA PELA DEFESA - CONTRADIÇÃO - QUESITOS DE SÉRIES DISTINTAS - HIPÓTESE EM QUE NÃO SE CONFIGURA A APONTADA CONTRADIÇÃO - PREFACIAL REJEITADA - ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO QUANTO A TRÊS DOS CINCO HOMICÍDIOS PELO CONSELHO DE SENTENÇA - DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS - OCORRÊNCIA - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO - DECISÃO POPULAR CASSADA.

- A contradição que enseja e justifica a intervenção do Magistrado, nos termos do disposto no artigo 489 do CPP, deve ocorrer

na mesma série de quesitos. Em se tratando de séries distintas, com vítimas diversas, a resposta fornecida a um quesito em uma série não vincula a dada ao quesito correspondente em outra série, vez que se trata de julgamentos independentes, ainda que decorrentes de um mesmo contexto fático.

- Limitada a tese defensiva à negativa de autoria, e tendo o Conselho de Sentença reconhecido o acusado como sendo um dos autores da infração penal, em resposta aos quesitos respectivos, evidentemente que não poderia condená-lo quanto a alguns dos homicídios em apuração e absolvê-lo quanto a outros. Restando evidente que os cinco delitos ocorreram no mesmo contexto fático, é claramente contrária à prova dos autos a decisão que opta por condenar o acusado por alguns deles e absolvê-lo de outros, sem elementos mínimos para tanto.

Diante disso, a defesa interpôs recurso especial alegando violação aos arts. 564, parágrafo único e 593, inciso III, ambos do Código de Processo Penal, e dissídio jurisprudencial quanto ao tema. Sustenta nulidade do julgamento em razão da contradição nas respostas aos quesitos apresentados aos jurados, sendo a decisão contrária à prova dos autos. Alega, ainda, a impossibilidade de desconstituição parcial da sentença proferida pelo Tribunal Júri e julgamento extra petita, uma vez que o efeito devolutivo do recurso de apelação é restrito aos fundamentos da sua interposição, sendo vedado ao Tribunal Recursal julgar fora dos limites do pedido sob pena de nulidade da decisão.

Requer o conhecimento e provimento do recurso para cassar o acórdão atacado e determinar a submissão do recorrente a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Contrarrazões às fls. 1685/1689.

Decisão de admissibilidade às fls. 1698/1702.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 1748/1750).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 1553/1561):

Analiso, primeiramente, o pedido defensivo relativo ao

reconhecimento da nulidade do julgamento, por ser prejudicial ao apelo ministerial.

A combativa Defesa sustenta que "a hipótese é realmente de anulação do julgamento, não porque 'a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos', mas, sim, porque é absolutamente contraditória" (fl. 1.205).

Respeitosamente, a meu ver, não é o que ocorre no presente caso, uma vez que, como sabido, a contradição que enseja e justifica a intervenção do Magistrado, nos termos do artigo 489 do CPP, deve ocorrer na mesma série de quesitos. Em se tratando de séries distintas, com vítimas diversas, a resposta fornecida a um quesito em uma série não vincula a dada ao quesito correspondente em outra série, vez que se tratam de julgamentos independentes, ainda que decorrentes de um mesmo contexto fático.

[...]

Ademais, se estivesse presente, a contradição se daria com relação às decisões absolutórias, circunstância que, por óbvio, seria prejudicial à Defesa, inexistindo, quanto a elas, interesse recursal.

Assim, por qualquer ângulo que se encare a questão, deve a preliminar de nulidade por ocorrência de contradição nas respostas dos jurados arguida pela combativa Defesa ser rejeitada.

Superada a prefacial, passo ao exame do mérito do recurso.

Alega o Ministério Público que a decisão proferida foi manifestamente contrária à prova dos autos, visto que restou comprovado que o acusado teve envolvimento em todos os homicídios em apuração, e não somente naqueles pelos quais foi condenado pelo Conselho de Sentença (fl. 1.14711.154).

"Ab initio", destaco que, reiteradamente, temos decidido nesta Segunda Câmara Criminal, em consonância com a doutrina e a jurisprudência uniforme de nossos Tribunais, que a decisão popular somente pode ser cassada em sede recursal quando se apresentar arbitrária, chocante e flagrantemente dissociada dos elementos de convicção reunidos no decorrer do inquérito, da instrução e dos trabalhos em plenário.

Se a decisão encontra algum apoio - ainda que minoritário - na prova reunida, a sua manutenção se impõe, sob pena de afronta à soberania do Júri, constitucionalmente assegurada - art. 50, XXXVIII, 'c', CRFB/88.

[...]

Sendo esse o cenário dos autos, a meu ver, assiste razão ao combativo "Parquet" quando afirma que "restou evidenciada a extrema relação de todos os delitos, conforme narrados na peça acusatória" (fl. 1.153).

Ora, há provas dando conta de que Gera o indivíduo que conduzia o veículo que levou os dois coautores até o estabelecimento comercial onde os crimes ocorreram, sendo essa circunstância confirmada pelo Corpo de Jurados na votação de todos os quesitos

referentes a autoria e materialidade, em todas as séries.

Assim, data venia, não faz sentido que o acusado seja condenado tão somente pela prática do delito de homicídio qualificado tentado contra duas das cinco vítimas, restando inocentado quanto ao crime supostamente praticado contra as três remanescentes. Não há nos autos nenhuma circunstância que indique que o contexto fático não tenha sido exatamente o mesmo, ou seja, todos os ofendidos foram alvo dos disparos de arma de fogo na mesma ocasião, do mesmo modo, sem qualquer distinção.

O próprio recurso defensivo tem como fundamento o argumento de que, por terem os crimes em apuração ocorrido em um único momento, "por questão de lógica, seria impossível que G participasse de uns e de outros não" (fl. 1.198). Ou ele é condenado pela prática de todos os homicídios ocorridos naquele mesmo contexto fático, ou é deles absolvido.

É sabido que, existindo no processo versões distintas, podendo ser o fato interpretado à luz de critérios divergentes, qualquer seja a orientação vencedora refletida na decisão popular, não pode ser ela considerada manifestamente contrária à prova dos autos, sob pena de ofensa à soberania dos veredictos do Júri (art. 5º, XXXVIII, c, CRFB/88).

Este, no entanto, não é o caso dos autos.

Consoante destacado pelo insigne Procurador de Justiça em seu valioso parecer, "observa-se a afirmação de fatos incompatíveis entre si com evidente colisão entre dois conceitos (afirmação da autoria, confirmação da tipificação das condutas imputadas, e, absolvição sem respaldo a nenhuma tese defensiva neste sentido)" (fl. 1.225).

Sendo assim, não havendo elementos de convicção a amparar, em meu modesto sentir, a tese de absolvição parcial, imperativo submeter o acusado a novo Júri.

No entanto, tendo em vista que foram realizadas séries distintas de quesitos, uma para cada vítima, certo é que a cassação da decisão do Conselho de Sentença deve se dar tão somente quanto àquelas em que se deliberou pela absolvição (1ª série - vítima SFS, 4ª série - vítima JBJ e 5ª série - vítima CRR), vez que as demais encontram amparo na prova dos autos.

Fiel a estas considerações, e atenta a tudo mais que dos autos consta, meu voto é no sentido de se rejeitar a preliminar suscitada no recurso da Defesa, e, no mérito, dar provimento ao recurso ministerial, para submeter o GQSC a novo julgamento, perante o eg.

Tribunal do Júri da Comarca de Aguas Formosas, somente quanto aos crimes supostamente praticados contra SFS, JBJ e CRR.

Com efeito, o Tribunal de origem, com base no acervo probatório dos autos, afastou a preliminar de nulidade por suposta ocorrência de contradição nas

respostas dos jurados, tendo consignado que *"em se tratando de séries distintas, com vítimas diversas, a resposta fornecida a um quesito em uma série não vincula a dada ao quesito correspondente em outra série, vez que se tratam de julgamentos independentes, ainda que decorrentes de um mesmo contexto fático"*.

Assim, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem (suposta violação aos arts. 564, parágrafo único e 593, I, do CPP), seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, verbis: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Nesse sentido, são os precedentes:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVAS QUE PERMITEM A ADOÇÃO DE QUALQUER DAS TESES SUSTENTADAS PELAS PARTES. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. REVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Existindo elementos de prova que permitam aos jurados a adoção de qualquer das teses sustentadas pelas partes, descabe a anulação do julgado por decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

2. Rever a conclusão do Tribunal de origem, acolhendo-se a tese de insuficiência probatória, demandaria o confronto do veredito do Conselho de Sentença com os fatos e provas dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1306327/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/12/2018)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO POR MOTIVO FÚTIL E COM RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA (ARTS. 121, § 2º, II E IV, C/C 14, II, DO CP). DOSIMETRIA. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. TENTATIVA. QUANTUM DE REDUÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ERRO MATERIAL. APLICAÇÃO DA REDUÇÃO. CORREÇÃO. REGIME INICIAL SEMIABERTO.

1. No tocante à alegação de que *"a decisão dos jurados em relação à manutenção das qualificadoras é contrária às provas dos*

autos" e a alteração do quantum de redução da tentativa, a modificação do entendimento da Corte de origem demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, vedado em recurso especial, segundo óbice da Súmula n. 7/STJ.

2. Havendo erro material na realização do cálculo da redução da pena, deve esta ser fixada em 08 (oito) anos de reclusão, e não em 09 (nove) anos, como ficou consignado na decisão recorrida, visto que a redução de um terço sobre a pena base fixada em 12 (doze) anos resulta efetivamente em 08 (oito) anos de reclusão.

3. No que concerne ao regime de cumprimento de pena, reconhecidas as circunstâncias judiciais favoráveis e a primariedade do acusado - a quem a reprimenda definitiva foi fixada em 8 (oito) anos de reclusão -, cabível a imposição do regime inicial semiaberto para o cumprimento da sanção corporal, ante a inexistência de motivação concreta que justifique o regime mais gravoso. Incidência do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

4. Agravo regimental parcialmente provido para redimensionar a pena para 8 anos de reclusão a ser cumprida no regime inicial semiaberto (AgRg no AREsp 1335657/RN, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2018)

Por outro lado, no que tange à alegação de nulidade em razão da impossibilidade de desconstituição parcial da sentença proferida pelo Tribunal Júri e julgamento extra petita, não houve debate da tese pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão, ressentindo-se o recurso especial, no ponto, do necessário prequestionamento, incidindo, na hipótese, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "a", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal e na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator